

Estudo Técnico Preliminar 211/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23089022854/2023-14

2. Descrição da necessidade

Contratação de serviços para gerenciamento administrativo e financeiro do EICE Curso de Anatomia Microcirúrgica das Fibras Brancas do Encéfalo do Departamento de Neurologia e Neurocirurgia, da Escola Paulista de Medicina do Campus São Paulo da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constantes no processo SEI nº 23089.022854/2023-14.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Disciplina de Neurocirurgia	Prof. Dr. Feres Eduardo Aparecido Chaddad Neto

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

a) O serviço se enquadra nas características de serviço continuado?

Para verificar se o presente objeto se enquadra nas características de serviços continuados, passamos à análise da jurisprudência de forma a contextualizar e amparar o entendimento da Comissão. Assim, nos moldes da IN nº 05/2017:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ainda dispõe:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

Considerando haver normativo interno acerca do objeto da presente contratação, conforme Resolução nº 172, de 12 de junho de 2019 que dispõe sobre cursos de Especialização (Pós-Graduação Lato Sensu) e Aperfeiçoamento no âmbito da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp.

Art. 2º Os cursos de especialização (pós-graduação lato sensu) e aperfeiçoamento objetivam o aprimoramento em distintas áreas do saber no sentido da habilitação profissional. Esses cursos cumprem com a função de preparar o profissional graduado para as várias possibilidades de inserção no mundo do trabalho contribuindo, assim, para a expansão de competências profissionais.

Parágrafo único. Os cursos de aperfeiçoamento terão carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas e máxima de 359 (trezentas e cinquenta e nove) horas; e os de especialização a carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas e máxima de 1440 (mil quatrocentas e quarenta) horas, ambos com duração máxima de 2 (dois) anos.

Considerando se tratar de objeto atrelado a projeto pedagógico com a programação resumida do curso, distribuição de aulas teóricas e práticas, forma de avaliação e listagem de colaboradores do corpo docente, secretaria e apoio técnico, informando os respectivos vínculos institucionais, conforme prerrogativas do Art. 5º, Inc. II da Resolução nº 172, de 12 de junho de 2019 entendemos que as características da contratação se adequam melhor ao disposto no Art. 6º, Inciso XVII da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;.

Desta forma, a presente contratação não se enquadra como "serviços contínuos" considerando suas características, porém, considerando o Normativo interno que limita a duração do curso em até 2 anos e ainda as características do plano de trabalho, entendemos que o objeto melhor se adequa a uma contratação por escopo com a possibilidade de prorrogação nas hipóteses previstas no Art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

b) Qual a duração inicial do contrato?

O presente contrato terá vigência a partir da data de assinatura até 28 de dezembro de 2023, conforme consta no plano de Ensino (Doc. SEI nº 1751004).

Contudo, ressalta-se que a celebração de contrato que envolva despesas dos exercícios seguintes fica vinculada à comprovação da previsão nos respectivos instrumentos orçamentários, por parte dos setores responsáveis.

5. Levantamento de Mercado

As informações relativas ao "levantamento de mercado" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 1774663) emitido pela Divisão de Compras.

a) Foi avaliado se existe relativa oferta de prestadores do serviço pretendido no mercado?

As informações relativas a "oferta de prestadores de serviços" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 1774663) emitido pela Divisão de Compras.

b) Foram avaliados os requisitos que limitam a participação, mantendo apenas os que são realmente indispensáveis?

As informações relativas aos "requisitos que limitam a participação de prestadores de serviço" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 1774663) emitido pela Divisão de Compras.

c) Existem restrições legais à oferta dos serviços no mercado?

As informações relativas as "restrições legais à oferta" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 1774663) emitido pela Divisão de Compras.

5. Levantamento de Mercado

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Consta informado no documento de Nomeação da Equipe que o objeto do presente estudo é a contratação de fundação de apoio, mais especificamente a Fundação de Apoio da Universidade Federal de São Paulo- FAP Unifesp, para gerenciamento administrativo e financeiro de determinado projeto.

Nesse sentido, nos parece que não há pretensão de identificar possíveis alternativas de mercado, visto já ter sido definido pela Administração a modalidade e formato da contratação. Destacamos que foge às competências desta Divisão o mérito acadêmico e relevância do presente objeto. Ainda sobre o tema, a aprovação do plano de trabalho cabe ao respectivo órgão colegiado, motivo pelo qual não adentraremos em tal aspecto.

Com base nos documentos ora apresentados, vislumbramos a possibilidade de contratação com base em tal procedimento por meio de dispensa de licitação, com fulcro no Inciso IX, XV, Art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

Outra alternativa de contratação seria por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo critério seria menor valor, ou Concorrência Pública, cujo critério seria melhor técnica e menor preço. Não cabendo à equipe de planejamento o enquadramento de modalidade de licitação, entendemos que tais opções foram, ou serão, previamente avaliadas pela autoridade competente.

Por fim, cabe comentar que Instrução Normativa- INN SEGES/ME n. 67/2021, que versa sobre o tema, prevê em seu art. 4º que os órgãos da Administração Pública federal adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no **inciso I** do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

contratação de bens e serviços, no limite do disposto no **inciso II** do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no **inciso III e seguintes** do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, **quando cabível (grifo nosso)**; e

registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

Sendo assim, entendemos s.m.j que em relação às demais hipóteses de dispensa de licitação estabelecidas no inciso III e seguintes do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, estabelece a IN SEGES/ME nº 67/2021 que o procedimento de dispensa eletrônica será adotado quando cabível, de modo que a área competente deverá avaliar a pertinência do uso de tal ferramenta considerando a sua demanda. Deste modo, estaria contemplada a realização de dispensa eletrônica para todos os Incisos da citada Lei a partir do Inciso III, incluindo o citado Inciso XV do art. 75º da Lei n. 14.133/21 e, caso este procedimento resultar infrutífero, poderá a Administração contratar diretamente outra empresa.

Desta forma, os estudos se limitaram ao objeto encaminhado à esta Equipe e entende-se que demais alternativas foram avaliadas pelas autoridades competentes. Posteriormente, os autos serão encaminhados para análise e deliberação da Diretoria do Departamento de Administração e Diretoria do Campus São Paulo, para avaliação da disponibilidade de recursos orçamentários, bem como aspectos de pertinência e adequação da contratação, iniciando-se os procedimentos de contratação conforme legislação vigente.

Observando o disposto na Instrução Normativa nº. 05 de 2017 e n. 58 de 2022, passamos a informar as possibilidades de mercado existentes, de modo a subsidiar a Administração na tomada de decisão.

Foi avaliado se existe relativa oferta de prestadores do serviço pretendido no mercado?

Com base no Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a contratação do presente serviço será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros: Para levantamento no mercado de possíveis prestadores de serviços, iniciamos a pesquisa por Fundações de apoio credenciadas ou não no portal do MEC (<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/fundacoes-de-apoio-sesu>).

Consultado ainda o site do CONFIES – Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (<http://confies.org.br/institucional/afiliada/afiliadas-ativas/>), para consulta das Fundações credenciadas junto ao citado Conselho, cujo resultado segue abaixo:

Pesquisa de Fornecedores em internet - Documento SEI nº 1774585 Facilidade de identificação de fornecedores na pesquisa efetuada	
(x) SIM	Neste caso, conclui-se haver ampla ou ao menos suficiente disponibilidade de potenciais fornecedores no mercado para o objeto em referência, indicando possível disputa e competição.
() NÃO	Neste caso, destacamos a restrição de fornecedores para o objeto em referência, indicando risco de certame deserto ou fracassado.

Em seguida, efetuada consulta em objetos similares no qual foram efetuados procedimentos de prospecção de mercado, limitando a pesquisa do exercício anterior até o momento, de modo a manter os dados mais atuais, cujos resultados seguem compilados abaixo.

Participação de fornecedores	
Contratações anteriores	
Processo 23089.022287/2021-34- Documento SEI 1774533	
Processo 23089.015032/2021-15- Documento SEI 1774538/ 1774540	
(x) SIM	Neste caso, conclui-se haver ampla ou ao menos suficiente disponibilidade de potenciais fornecedores no mercado para o objeto em referência, indicando possível disputa e competição.
() NÃO Pregão Deserto ou Fracassado	Neste caso, destacamos a restrição de fornecedores para o objeto em referência, indicando risco de certame deserto ou fracassado.

Para a próxima etapa, foi efetuada pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal, limitando a consulta ao presente exercício de modo a obter propostas dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme preconizado na IN n. 73/2021. Foi utilizada como critério de busca o termo "gerenciamento".

Observamos que tal pesquisa não acrescenta dados que possam ser aproveitados no presente estudo, na medida em que o resultado é excessivamente genérico ou não permite uma avaliação dos preços das contratações por não ter o nível de detalhamento necessário, porém indica a existência de ampla ou ao menos suficiente disponibilidade de potenciais fornecedores no mercado para o objeto em referência.

Contudo, os dados seguem apensados ao processo para fins de levantamento de mercado.

Pesquisa de Fornecedores - Paineis de Preços - Documento SEI nº 1774659	
Facilidade de identificação de fornecedores na pesquisa efetuada	
(x) SIM	Neste caso, conclui-se haver ampla ou ao menos suficiente disponibilidade de potenciais fornecedores no mercado para o objeto em referência, indicando possível disputa e competição.
() NÃO	Neste caso, destacamos a restrição de fornecedores para o objeto em referência, indicando risco de certame deserto ou fracassado.

Por fim, seguem os dados acerca de orçamentos adicionais às Fundações de Apoio localizadas, cujos resultados constam do processo.

Pesquisa de Fornecedores	
Facilidade de identificação de fornecedores na prospecção de mercado inicial	
() SIM	Neste caso, conclui-se haver ampla ou ao menos suficiente disponibilidade de potenciais fornecedores no mercado para o objeto em referência, indicando possível disputa e competição.
() NÃO	Neste caso, destacamos a restrição de fornecedores para o objeto em referência, indicando risco de certame deserto ou fracassado.
(x) NÃO	Foi encaminhada Nomeação com a definição prévia de contratação da Fundação de Apoio- FAP Unifesp. Nesse sentido, não foi solicitado orçamento a outros possíveis interessados - entendemos que tal viabilidade fora previamente avaliada pelas instâncias competentes face a outras alternativas. Contudo, ressalte-se que não vislumbramos óbice da parte desta Divisão para eventual prospecção de outros interessados na execução dos serviços, caso seja a opção desta Administração pela busca de alternativas no mercado.

Dificuldade na obtenção de orçamentos pela Ausência de informações acerca dos serviços / Ausência de quantitativo informado pela unidade requisitante	
() SIM	Relatamos dificuldades na obtenção de orçamentos iniciais em virtude da especificidade dos serviços em questão.
() NÃO	Não foi identificada dificuldade na obtenção de orçamentos / estimativas de mercado.
() NÃO EFETUADO	Relatamos que foi informado pelo proponente do projeto a impossibilidade de solicitação de orçamentos a outras Fundações de Apoio, em virtude de questões de sigilo e gestão de mercado do projeto.
(x) NÃO EFETUADO	Foi encaminhada Nomeação com a definição prévia de contratação da Fundação de Apoio- FAP Unifesp. Nesse sentido, não foi solicitado orçamento a outros possíveis interessados - entendemos que tal viabilidade fora previamente avaliada pelas instâncias competentes face a outras alternativas. Contudo, ressalte-se que não vislumbramos óbice da parte desta Divisão para eventual prospecção de outros interessados na execução dos serviços, caso seja a opção desta Administração pela busca de alternativas no mercado.

Foram avaliados os requisitos que limitam a participação, mantendo apenas os que são realmente indispensáveis?

Em atenção ao presente tópico, trazemos algumas considerações institucionais quanto ao tema:

a) Cursos de Especialização: definido pela Resolução nº 172, de 12 de junho de 2019- Documento SEI 1165920, em seu artigo 11 que a gestão administrativa e financeira (operacional) das atividades previstas nos cursos CM poderá contar com a Fundação de Apoio credenciada junto à Unifesp, observando-se as condições estabelecidas na legislação, em especial as da Lei nº 8.958/94. Já em seu artigo 31, a citada Resolução cita que a Unifesp poderá contar com uma Fundação de Apoio credenciada pelo CONSU para gestão administrativa e financeira das atividades previstas na PPO de CMs, nos termos da Lei nº 8.958/94 e do Decreto nº 7.423/2010", aproveitamos essa previsão legal para contratação de uma Fundação de Apoio com a finalidade prover suporte ao nosso Curso de Especialização, captando e recebendo recursos financeiros necessários ao seu andamento, de modo que nosso corpo técnico possa concentrar seus esforços na execução das disciplinas;

b) Cursos de Extensão: procedimento similar foi definido no âmbito da Unifesp quando da execução de cursos de extensão, por meio da Resolução n. 180, de 04 de dezembro de 2019- Documento SEI 0911127 em seu artigo 18: a gestão administrativo-financeira de EICE com cobrança de taxas de inscrição ou mensalidade competirá à DA do Campus, com anuência do(a) diretor (a) do(a) respectivo(a) Campus/Unidade Universitária e conforme delegação de competência previamente estabelecida, podendo-se, quando necessário e cumpridos os requisitos (grifo nisso) estabelecidos na legislação, contratar fundação de apoio para auxílio nessa atividade.

Verifica-se que trata de uma faculdade ao gestor, que poderá optar pela contratação de terceiros para execução dos serviços, quando julgar não possuir capacidade operacional para tal atividade, podendo ser contratada fundação de apoio.

c) Outros serviços de gerenciamento: identificamos no âmbito da Unifesp a Resolução nº 126, de 08 de junho de 2016- Documento SEI 0188995, prevendo em seu art.1º que a Unifesp poderá celebrar com a Fap-Unifesp contratos ou convênios para dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão, inclusive na gestão administrativa e financeira, e ações que visem o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, com ênfase no desenvolvimento da inovação, criando condições propícias de relacionamento da universidade com outras instituições."

d) Gerenciamento- Projeto Acadêmico de Prestação de Serviços-PAPS: no âmbito da Unifesp, consta a Resolução Consu nº 138/2017 (PAPS) (Documento SEI 1463933), com relação à execução de tais serviços por meio de fundação de apoio, ou mais especificamente, Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo- FAP Unifesp.

Ressaltamos que tal decisão não foi objeto de Estudo da presente Equipe, uma vez que a nomeação já trouxe em seu bojo tal definição e entendemos terem sido avaliadas as demais possibilidades pelo gestor. Caso a opção seja de fato a contratação da FAP Unifesp, destacamos a necessidade de atendimento aos requisitos previstos na legislação, a saber: a) justificativa para escolha do fornecedor e b) justificativa dos preços.

Existem restrições legais à oferta dos serviços no mercado?

No caso de optar pela contratação de fundação de apoio, informamos que esta deve atender aos seguintes requisitos legais:

a) Art. 2º, da Lei nº 8.958/94: as fundações a que se refere o art. 1º deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência;

b) Inciso III, art. 2º da Lei n. 8.958/94: prévio credenciamento no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, renovável a cada 5 (cinco) anos.

c) Inciso XV, Art. 75 da Lei n. 14.133/2021: para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos.

Para outros formatos de contratação dos serviços, cujo tema voltamos a destacar, não é de competência desta Equipe, devem ser observadas as restrições legais quanto a habilitação jurídica previstas na legislação de licitações e contratos em vigor.

Lei ou Normativo que restringe a atividade Ex: Tradução Juramentada, Leiloeiro, Seguro, Limpeza Urbana, Vigilância, Controle de Pragas, Serviços de Engenharia: atividades que somente podem ser executadas por empresas cadastradas/registradas	
☒ (x) SIM	Neste caso, verifica-se haver restrição legal à oferta do serviço. Não necessariamente inviabiliza a competição ou a contratação, desde que atendidos os requisitos acima.
☐ () NÃO	Neste caso, verifica-se não haver restrição legal à oferta do serviço.

Serviços Técnicos Especializados Art. 74 da Lei n. 14.133/2021	
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação. a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral; c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico; h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;	
☐ () SIM	Neste caso, há eventual inviabilidade de competição, por se tratar de serviço de natureza predominantemente intelectual.

(x) NÃO	Neste caso, não se enquadra na hipótese de contratação por Inexigibilidade de licitação, inclusive quando se tratar de manutenção de equipamentos , conforme ampla jurisprudência do Tribunal de Contas da União.
--------------	--

6. Descrição da solução como um todo

Há critério de sustentabilidade para ser incluído, nos termos da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010?

Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional Unifesp - PDI 2021 - 2025 (folhas 211) as licitações no âmbito da Unifesp deverão adotar um número maior e mais incisivo de atributos e critérios de sustentabilidade, de forma a atender aos parâmetros de sustentabilidade adotados pelos órgãos do Governo Federal, conforme é possível vislumbrar na figura abaixo:

Figura - Atributos e critérios de sustentabilidade a serem observados na Unifesp

VOLUME I PDI 2021-2025 Plano de Desenvolvimento Institucional Unifesp 

Atributos e critérios de sustentabilidade a serem observados na UNIFESP

Atributos de Sustentabilidade	Crítérios de Sustentabilidade
Ambientais	- Usar o pensamento do ciclo de vida (e a avaliação de ciclo de vida, quando houver tecnologia e recursos disponíveis) para verificar impactos ambientais de produtos e embalagens; - Considerar a toxicidade de materiais e produtos, preferência por matéria-prima renovável, eficiência energética e do uso de água, redução de desperdícios e de emissões de gases; - Reduzir o consumo de embalagens; - Incentivar a concepção de produtos recicláveis ou reutilizáveis.
Diversidade	- Comprar de empresas pertencentes a mulheres e a minorias, como quilombolas e indígenas.
Segurança	- Garantir o transporte seguro de insumos e produtos; - Garantir que as instalações dos fornecedores sejam operadas com segurança.
Direitos Humanos	- Visitar instalações dos fornecedores para garantir que a força de trabalho não esteja em condições análogas às de trabalho escravo; - Assegurar que os fornecedores cumpram com as leis trabalhistas, inclusive em relação ao combate ao trabalho infantil.
Compras de pequenas empresas locais	- Comprar de micro e pequenas empresas; - Comprar de fornecedores locais.
Filantropia	- Doar para organizações filantrópicas; - Realizar trabalho voluntário em instituições de caridade locais.

Fonte: Adaptado de Brammer e Walker (2011); Betiol et al. (2012) apud BRASIL (PLS-MMA, 2013, P. 13).

Tal obrigatoriedade está prevista ainda na Instrução Normativa n. 01/2010 do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, prevendo a inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental nos editais de licitações públicas.

Por fim, destacamos a obrigatoriedade de adoção dos critérios de contratação sustentável previstos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União. Cabe ressaltar que a sustentabilidade passou a ter pilares econômicos, sociais e culturais, e não apenas ambiental. Por este motivo, é prática usual desta Divisão incluir em editais de licitação critérios de sustentabilidade.

Diante do exposto, efetuamos a consulta aos Normativos acima citados, cujos resultados seguem resumidos abaixo:

Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU- Documento SEI nº 1774555
Condições Específicas do Objeto

Exigências a serem Previstas - Termo de Referência	☐ SIM ☒ NÃO consta
Exigências a serem Previstas - Edital	☐ SIM ☒ NÃO consta

Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU- Documento SEI nº 1774555
Exigências Gerais

Informamos que é recomendada a inclusão das seguintes cláusulas em todas as contratações	Incluir ainda no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada: a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente. a.1) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, o contratado deverá apresentar, para aprovação da autoridade competente, o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, assinado pelo responsável técnico devidamente habilitado. b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos: - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; - outras formas vedadas pelo poder público
--	--

Obras e Serviços com valor acima de R\$ 350.000,00- Contratação de egressos do sistema prisional na execução dos serviços
Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018

Aplicável:	Caso positivo, deverá ser incluído no Termo de Referência- Descrição dos Serviços:
☐ SIM	1. Na execução do contrato, poderá ser aplicado o disposto no Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018, que dispõe sobre a contratação de egressos do sistema prisional, observando os procedimentos previstos no citado Decreto.

(x) NÃO	
Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU- Exigências Gerais	
Informamos que é recomendada a inclusão das seguintes cláusulas em todas as contratações	TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada: a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente. a.1) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nela incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, deverá ser observado o seguinte: b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos: - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; - outras formas vedadas pelo poder público. c) A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários. d) No que se refere a Segurança e Medicina do Trabalho, a Contratada deverá se submeter às normas estabelecidas pela UNIFESP e legislação específica, quando do acesso às suas dependências.
Âmbito geral- Critérios Usuais	
Incluir no Termo de Referência os critérios de Sustentabilidade usualmente adotados pela Divisão de Compras: menor.	I - Sustentabilidade Econômica: Benefícios para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte, podendo ser dada preferência exclusiva para ME/EPP ou Preferência de desempate), prazo para regularização de situação tributária; II- Sustentabilidade Ambiental: Agrupamento das ordens de fornecimento, de modo a reduzir custos e impactos ambientais; III- Sustentabilidade Social: Observância das normas trabalhistas e previdenciárias; IV- Sustentabilidade Social: Não emprego do Menor.
Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - Art. 6º	
	Na execução dos serviços, as empresas contratadas deverão adotar práticas de sustentabilidade, que deverão ser observadas: I – uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às especificações determinadas pela ANVISA; II – medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 2005;

Aplicável ao presente objeto () SIM (x) NÃO	III – Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos no seu funcionamento; IV – fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a ex V - realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos ambientais vigentes; VI - realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos municípios recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; VII – respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas VIII – prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.		
Outros Critérios de Sustentabilidade	a) Econômico b) Social c) Ambiental d) Cultural e) Igualdade de Gênero	(x) NÃO Identificado	() SIM

Qual o normativo e legislação específicos a serem observados na contratação e na execução do contrato?

No âmbito da Divisão de Compras, destacamos a legislação abaixo que devem ser observadas no decorrer do processo de contratação:

Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021- Nova Lei de Licitações e Contratos (em vigor obrigatório a partir de 2023);

Decreto n. 10.024 de 20 de setembro de 2019- Pregão Eletrônico;

Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010- Licitações Sustentáveis;

Instrução Normativa nº 05, de 05 de maio de 2017- Contratação de Serviços;

Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022- Estudo Técnico Preliminar Digital - contratação de bens e serviços;

Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020 - Pesquisa de Preços.

No presente documento foram observadas a legislação técnica acerca do objeto, contudo considerando o amplo arcabouço legal, caberá à empresa atentar-se às legislações que porventura não foram citadas no presente documento, bem como suas atualizações.

Análise histórica de contratações anteriores (Identificar as inconsistências ocorridas nas licitações anteriores, com a finalidade de prevenir a ocorrência dessas nos ulteriores Termos de Referência ou Projetos Básicos).

Consultando as contratações realizadas por esta Divisão nos exercícios anteriores, verifica que foram realizadas contratações similares anteriormente. Esclarecemos que a consulta abrangeu o período de 2021 até a presente data, pois consideramos que um prazo superior a este resultaria em dados não condizentes com a atual situação de mercado e realidade da Administração:

Contratação realizada anteriormente	
(x) SIM	Conforme Documento SEI - Relação de Processos 2021/2022/2023 (SEI nº 1774530)
() NÃO	Não foi identificada contratação do mesmo objeto ou similar nos anos anteriores

Os resultados mais relevantes ou mais recentes seguem compilados no quadro abaixo:

Processo	Modalidade	Objeto

23089.022287 /2021-34	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio por Chamamento- Art. 24 XIII_Cuidados_Req: DIS_Rec: TED 43/2021
23089.015032 /2021-15	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Processo Seletivo de Residência Médica 2021/2022_Req: COREME
23089.020554 /2021-39	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Curso Especialização - Fisiologia do Exercício Aplicada 2022/202
23089.017176 /2021-14	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Curso de Especialização- Patologia Trato Genital 2021 -Turma 2 / 2022
23089.018991 /2021-92	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Curso Especialização - Fisiologia do Exercício Aplicada
23089.014346 /2021-09	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Curso Especialização -Neuromodulação
23089.123860 /2020-45	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Curso Especialização - Ortopedia e Traumatologia do Esporte - Atualização, Gestão e Inovação
23089.018884 /2021-64	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Curso de Especialização- Nutrição e Ativ. Física -
23089.014473 /2021-08	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Curso de Extensão- Ciências Básicas Oftalmologia
23089.027809 /2021-94	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Curso Especialização - Neuropsicologia
23089.022035 /2021-13	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Curso de Especialização em Enfermagem Gerontológica
23089.004368 /2021-52	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Curso Ext - Téc Microcirúrgicas By-pass

23089.006123 /2021-60	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Dispensa 32/2022 - Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Revista Acta Paulista
23089.015063 /2022-57	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Curso de Especialização da Audiologia
23089.015404 /2022-94	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Dispensa Art. 24 XIII-Gerenciamento Cursos de Microcirurgia
23089.016208 /2022-37	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Curso de Especialização Linguagem e Fala
23089.014906 /2022-06	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Dispensa Art. 24 XIII-Gerenciamento Cursos de Extensão Neurocir.
23089.020368 /2022-81	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Curso de extensão : Curso de Anatomia Microcirúrgica
23089.022916 /2022-15	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Curso de Especialização Enfermagem em Saúde Pública
23089.001686 /2022-42	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio-Dispensa Art. 24 XIII- Residência Médica 2022/2023
23089.023001 /2022-19	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Curso de Especialização- Neurologia Clínica
23089.024341 /2022-67	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Curso de Especialização- Uroginecologia
23089.023033 /2022-14	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Curso de Especialização em Ginecologia Endócrina
23089.026886 /2022-16	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio-Dispensa Art. 24 XIII-Curso de Extensão Laserterapia na Amamentação

23089.024333/ 2022-11	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Curso de Especialização-Terapia de Casal
23089.023879/ 2022-54	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Curso de Especialização PTGI
23089.019984/ 2022-99	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Projeto Vulnerabilidades
23089.022835/ 2022-15	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Curso de Especialização Intervenção Fisioterapêutica
23089.013822/ 2022-47	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII- Apoio Emocional em Crises e Cuidados
23089.030146/ 2022-76	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Projeto- Núcleo de Telessaúde
23089.037267/ 2022-49	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação de Fundação de Apoio- Dispensa Art. 24 XIII-Gerenciamento TED- População Trans
23089.032208/ 2022-84	Licitação: Dispensa - Acima de R\$ 8 mil	Contratação da Fundação de Apoio- Art. 24 XIII - Serviços para gerenciamento administrativo e financeiro do Curso de Extensão Neuropsicologia Aplicada ao Monitoramento Intraoperatório

No âmbito do procedimento de contratação, com relação a inconsistências e problemas apresentados nas contratações anteriores, apresentamos os resultados verificados nos processos acima, principalmente oriundos de análise jurídica. Destacamos que, nessa fase, não nos compete avaliar a pertinência dos apontamentos abaixo, mas sim subsidiar a melhoria da decisão quanto à viabilidade da contratação.

Inconsistências anteriores		
	Resumo dos Motivos:	
	a) Ausência ou insuficiente justificativa na escolha do fornecedor;	

(x) SIM	b) Ausência ou insuficiente justificativa na escolha do fornecedor; c) Ausência de aprovação do Plano de Trabalho em órgão colegiado; d) Abertura do processo de contratação sem prazo hábil para conclusão antes do início do curso/projeto; e) Planos de trabalhos/contratos de duas turmas (semestres diferentes) no mesmo processo.	Neste caso, recomendamos avaliar previamente os motivos que ensejaram dificuldades na conclusão da contratação. Quando se tratar de exigência legal e/ou considerada necessária, recomendamos incluir esse fator na Matriz de Risco, na medida em que pode dilatar o prazo de conclusão da contratação.
() NÃO	Não houve intercorrências nas contratações anteriores.	
() PAPS	No caso em específico de contratação para de Projetos Acadêmicos para Prestação de Serviços- PAPS, destacamos as pendências apontadas nos pareceres dos processos similares anteriores, conforme abaixo resumido, que restaram por inviabilizar e/ou dilatar a conclusão da contratação. Neste caso, recomendamos avaliar previamente os motivos que ensejaram dificuldades na conclusão da contratação. Quando se tratar de exigência legal e/ou considerada necessária, recomendamos incluir esse fator na Matriz de Risco, na medida em que pode dilatar o prazo de conclusão da contratação. PARECER n. 00308/2020/PROCURADOR/PFUNIFESP/PGF/AGU- Documento SEI 0442568: Analisando-se o Projeto Acadêmico de Prestação de Serviços juntado aos autos (0237871) à luz da Resolução/ConsU nº 138 e dos normativos acima referidos, recomendamos sejam adotadas as seguintes providências para uma adequada instrução processual: a) juntar as análises constantes de atas ou de pareceres técnicos (que nos parece ser o ideal) elaboradas pelas instâncias responsáveis pela aprovação do projeto de prestação de serviços nos termos do § 2º do artigo 3º da Resolução/ConsU nº 138, quais sejam: PROEC, quanto ao conteúdo, manifestando-se em especial quanto ao atendimento pelo projeto do disposto no artigo 4º da Resolução; PROADM, quanto à viabilidade financeira; - PROPGP e Agência de Inovação, quanto à estrutura de governança para atendimento dos entes externos, prospecção de parcerias futuras e propriedade intelectual.	

	b) especificar no projeto (pelos proponentes) e nas análises dos setores competentes (em especial no âmbito a PROEC) a forma de cumprimento do artigo 7º da Resolução/Consu nº 138, ou seja: a observância do limite máximo de horas que podem ser dedicadas a projetos de prestação de serviços (artigo 7º, caput); o valor da retribuição pecuniária a ser paga aos participantes dos projetos (docentes, técnicos-administrativo e discentes), se houver; a compatibilidade do valor da retribuição pecuniária com os limites estabelecidos no §1º do artigo 7º; c) especificar no projeto o regime de trabalho na Unifesp dos participantes, para viabilizar a análise do disposto no §2º do artigo 7º da Resolução/Consu nº 138; d) juntar a análise e a autorização da Chefia de Departamento quanto à participação dos docentes no projeto, conforme estabelece o §2º do artigo 7º da Resolução/Consu nº 138; e) caso se trate de docentes em regime de trabalho de dedicação exclusiva, juntar a análise e a aprovação quanto ao exercício de atividades esporádica de natureza remunerada pela CPPD
--	--

Os problemas apresentados na licitação e na execução das contratações anteriores foram corrigidos na presente solicitação?

Problemas Anteriores constando novamente na presente solicitação	
(x) SIM- Listadas abaixo	Neste caso, recomendamos avaliar a correção dos itens acima elencados, para melhor prosseguimento da contratação.
Ausência ou insuficiente justificativa na escolha do fornecedor	(x) SIM () NÃO
Ausência ou insuficiente justificativa do preço	(x) SIM () NÃO
Ausência de aprovação do Plano de Trabalho em órgão colegiado	() SIM () NÃO
Abertura do processo de contratação sem prazo hábil para conclusão antes do início do curso/projeto	() SIM () NÃO
Planos de trabalhos/contratos de duas turmas (semestres diferentes) no mesmo processo.	() SIM () NÃO

Outras: _____	() SIM () NÃO
PAPS- Projeto Acadêmico de Prestação de Serviços Ausência dos itens apontados no PARECER n. 00308/2020 /PROCURADOR/PFUNIFESP/PGF/AGU- Documento SEI 0442568 conforme acima listado	() SIM () NÃO

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Consta na Planilha Simplificada de Previsão Orçamentária (PSPO), SEI nº 1750970.

a. Definir e documentar o método para a estimativa das quantidades a serem contratadas:

Para estimar as quantidades a serem contratadas foi levado em consideração o histórico da contratação e o número de inscritos que tiveram interesse no presente curso de extensão.

a.1. Utilizar informações das contratações anteriores, se houver:

Processo anterior 23089.002634/2023-74.

a.2. Incluir as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte:

Para compor o presente estudo, foi considerado o número previsto de alunos inscritos no Curso de Extensão de Anatomia Microcirúrgica das Fibras Brancas do Encéfalo - Disciplina de Neurocirurgia do Campus São Paulo da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), conforme informação da área requisitante.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 104.000,00

Com base na legislação vigente, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a contratação do presente objeto será realizada mediante a utilização dos parâmetros dos subitens abaixo, contudo as informações relativas a este item foram levantadas pela Divisão de Compras conforme "Estudos Preliminares" (SEI nº 1774663)

a) Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>: (anexar ao processo as tentativas)

As informações relativas ao "painel de preços" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 1774663) emitido pela Divisão de Compras.

b) Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços:

As informações relativas ao "contratações similares" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 1774663) emitido pela Divisão de Compras.

c) Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso:

As informações relativas ao "mídia especializada" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 1774663) emitido pela Divisão de Compras.

d) Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciam em mais de 180 (cento e oitenta) dias: (anexar ao processo as tentativas de orçamentos)

As informações relativas ao "pesquisa com fornecedores" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 1774663) emitido pela Divisão de Compras.

I - Elaborar Planilha Estimativa de Preços, informando a metodologia de cálculo utilizada:

As informações relativas ao "planilha estimativa de preços" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 1774663) emitido pela Divisão de Compras.

II - Informar se existe normativo específico regulando limites mínimos e máximos do objeto da contratação (Ex: Portaria de valores limites para limpeza e vigilância, SINAPI etc):

As informações relativas ao "normativo específico" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 1774663) emitido pela Divisão de Compras.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

No âmbito das atribuições da Divisão de Compras, esta análise de refere a previsão da demanda no Plano Anual de Contratações do exercício. Nos termos da Instrução Normativa SEGES n. 01 de 2019, as contratações devem estar previstas no Plano Anual de Contratações.

Quanto à previsão da presente contratação, caso se tratar de geração de despesa, esta deverá ser verificada posteriormente junto a Autoridade Competente designada pela Administração, uma vez que esta Comissão não detém tais acessos.

No caso de contratação de fundação de apoio, lembramos que é necessária ainda a aprovação do plano de trabalho em órgão colegiado Decreto nº 7.423/2010, art. 6º, §2 . No presente estudo, temos a informar:

Consta aprovação do plano de trabalho em órgão colegiado Decreto nº 7.423/2010, art. 6º, §2	() SIM	(x) NÃO Caso não conste a respectiva aprovação, recomendamos submeter ao colegiado competente para melhor prosseguimento da contratação. Encaminhado e-mail Alertando sobre a ausência do documento E-mail DIVISÃO DE COMPRAS - CSP (SEI nº 1776946)
---	--------------------	---

Caso positivo, apensar os respectivos instrumentos ou informar as medidas que foram adotadas:

Nos termos da Instrução Normativa SEGES n. 01 de 2019, as contratações devem estar previstas no Plano Anual de Contratações. Assim, quando da abertura do processo de licitação, a Divisão de Compras do Campus irá juntar aos autos o relatório emitido pelo sistema PAC-Plano Anual de Contratações.

Caso o item esteja incompatível com o que consta no citado PAC, será efetuada a respectiva adequação pela Divisão de Compras e encaminhada para aprovação da autoridade competente.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Destarte, o EICE Curso de Anatomia Microcirúrgica das Fibras Brancas do Encéfalo objetiva qualificar, preparar e inspirar os alunos de medicina para o seu desenvolvimento educacional e para melhorar o atendimento de pacientes na área de Neurocirurgia. Objetivamos também aumentar a rede de relacionamentos entre os alunos de medicina e neurocirurgia do Brasil e dos melhores centros de neurocirurgia no mundo.

O EICE Curso de Anatomia Microcirúrgica das Fibras Brancas do Encéfalo, ministrado pelo Departamento de Neurologia e Neurocirurgia da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, necessita desse suporte técnico-administrativo de uma entidade com competência na área de gerir para que a equipe responsável por ministrar aulas possa concentrar os seus esforços no desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa. Faz parte da missão do Departamento de Neurologia e Neurocirurgia, como um dos componentes da UNIFESP, essa iniciativa e esse compromisso pelo desenvolvimento do conhecimento, não apenas para a sua comunidade, mas procurando beneficiar o público externo.

13. Providências a serem Adotadas

a) Informar se a presente contratação irá demandar outros serviços, obras ou aquisição de equipamentos /materiais para adequação do ambiente, tais como adequação de infraestrutura, rede de tecnologia da informação etc:

Não existem adequações a serem executadas para a contratação.

b) Caso positivo, quais medidas foram tomadas para a adequação do ambiente?

Não se aplica a presente contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram identificados impactos ambientais de relevância na execução dos serviços da presente contratação, cabendo destacar que foi estabelecido em item anterior a previsão de critérios de sustentabilidade, nos termos da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações obtidas nos Estudos Preliminares, a Equipe de Planejamento se manifesta quanto à viabilidade do prosseguimento da contratação, observando-se os requisitos de disponibilidade orçamentária, que fogem às competências desta Equipe de Planejamento.

Desta forma, encaminhe-se para análise e deliberação da Diretoria do Departamento de Administração e Diretoria do Campus São Paulo, para avaliação da disponibilidade de recursos orçamentários, bem como aspectos de pertinência e adequação da contratação, iniciando-se os procedimentos licitatórios conforme legislação vigente

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Demais membros, conforme consta em processo

CLAUDIA DE MOURA ANDRADE DONOSO MOGROVEJO

Coordenadora da Equipe de Planejamento